

Usina Tamoio: patrimônio histórico e cultural de Araraquara

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro.¹

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar a Usina Tamoio como patrimônio histórico e cultural de Araraquara. Neste momento em que Araraquara completa 200 anos, a Usina Tamoio, bem como o grupo social constituído por seus antigos trabalhadores e moradores precisam e merecem ser lembrados e homenageados como parte importante da história da cidade. Trata-se de valorizar aqui não apenas o patrimônio arquitetônico que a empresa nos deixou, mas sobretudo a história de trabalho e de vida de seu fundador, administradores, antigos trabalhadores e moradores. História que marcou corpos e mentes e que hoje é revivida por meio da realização de eventos (festas, encontros, bailes, página em rede social) promovidos por antigos trabalhadores e moradores. Mais do que um espaço de lembrar e recordar, esses eventos reativam o sentimento de pertencimento a uma comunidade coletiva e afetiva que resiste em se desfazer.

Palavras-chave: Usina Tamoio; Patrimônio Histórico Cultural; Araraquara 200 anos.

TAMOIO MILL: HISTORICAL AND CULTURAL PATRIMONY OF ARARAQUARA

Abstract: The purpose of this text is to present the Tamoio Mill as a historical and cultural patrimony of Araraquara. At this time when Araraquara is 200 years old, the Tamoio Mill, as well as the social group made up of its former workers and residents need and deserve to be remembered and honored as an important part of the city's history. It is necessary not only to value the architectural patrimony that the company has left to us, but specially the work and the life history of its founder, administrator, former workers and residents. This history marked their bodies and minds and today is revived by means of the realization of events (parties, meetings, dances, page in social network) promoted by former workers and residents. More than a space to remember, these events reactivate the feeling of belonging to a collective and affective community that resists to undo itself.

Keywords: Tamoio Mill; History and Cultural Patrimony; Araraquara 200 years old.

¹Doutora em Sociologia – Faculdade do Interior Paulista – FIP – Barra Bonita/SP.

INTRODUÇÃO

Como araraquarense e pesquisadora, há mais de duas décadas, venho me dedicando a observações e estudos sobre a Usina Tamoio. Em setembro de 1993, apresentei à UNESP de Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, como dissertação de mestrado, um trabalho intitulado *Nem Tudo Era Doce no Império do Açúcar: Usina Tamoio – vida, trabalho e lutas*, no qual procurei resgatar 50 anos (1917 a 1969) da história da usina e do grupo social constituído por seus trabalhadores e moradores. O objetivo foi analisar a constituição do império Tamoio a partir, mas não somente, das relações sociais e de trabalho produzidas e mantidas em seu interior.

No longo interstício, mais de 20 anos, entre a defesa do mestrado e o momento atual, tenho observado pesquisas que têm privilegiado como objeto de estudo aspectos vivenciados na Usina Tamoio, especialmente o sistema educacional ali mantido, e movimentos para resguardar a sua história e memória como patrimônio histórico e cultural de Araraquara. Particularmente os movimentos para preservar a história e a memória da usina, encabeçados por antigos trabalhadores e moradores, têm se concretizado na realização de festas, encontros, bailes, publicações, elaborações de vídeos, exposições de fotos, confecção de página em rede social, em particular no facebook. Há algum tempo tramitou na Câmara Municipal de Araraquara projetos de dois vereadores, ex- moradores da usina: o primeiro propunha a criação de um memorial da Usina Tamoio, e o segundo consistia em reivindicação para o tombamento, como patrimônio histórico e cultural, de monumentos (igreja de São Pedro, Estádio Comendador Freitas, Obelisco e a Praça Pedro Morganti) localizados em território (sede) da usina. Além dos monumentos citados, tramita ainda, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um processo encaminhado pela Cooperativa Agropecuária do Assentamento Bela Vista do Chibarro (COOBELA) que reivindica o tombamento do casarão da Fazenda Bela Vista do Chibarro, antiga sede da fazenda no período cafeeiro, com a pretensão de destinar o local para a realização de atividades culturais pela comunidade assentada, bem como para o desenvolvimento do turismo rural.

É curioso como todos estes movimentos para manter a história e memória da Usina Tamoio reúnem diferentes gerações que lá trabalharam e viveram, inclusive alguns mais jovens que possivelmente tenham vivido apenas uma parte da infância naquele lugar. Outros, talvez, nem tenham nascido em Tamoio, mas tomaram conhecimento da história da usina por meio de seus antecedentes: pais, avós, ou outros familiares, e acabaram por incorporá-la como parte de sua própria história e memória.

É curioso também que mesmo 20 anos após ter apresentado meu trabalho de mestrado, o mesmo venha despertando a atenção e curiosidade de várias pessoas, antigos trabalhadores e moradores, que têm entrado em contato comigo para saber sobre o trabalho e, mais que isto, falar de suas experiências naquele espaço.

Esta questão me despertou para a importância de registrar este fato e me chamou a atenção, sobretudo neste momento em que a cidade completa 200 anos, para a necessidade de reforçar o reconhecimento da Usina Tamoio como patrimônio histórico e cultural de Araraquara.

É inegável que a Usina Tamoio deixou para a cidade de Araraquara uma história de extrema relevância no que se refere aos seus aspectos culturais, artísticos, arquitetônicos e sobretudo afetivos. História não esquecida, contada e recontada pelas diversas gerações que lá moraram, trabalharam e viveram.

Ainda neste movimento de preservar a história e a memória da Usina Tamoio, em edição anterior desta revista, tive a oportunidade de publicar um texto no qual busquei apresentar um pouco dessa história. Nesse texto privilegiei como objeto de análise a importância da usina na vida dos seus trabalhadores e moradores e sua relação com a cidade de Araraquara.

Nesta oportunidade, mesmo correndo o risco de me tornar repetitiva, trago mais um pouquinho daquilo que considero parte importante do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Neste sentido, destaco que a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define como patrimônio cultural:

[...]os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico

Particularmente ao que se refere ao patrimônio material, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN) entende como patrimônio material “um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas”. Segundo o IPHAN, esses bens estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (PATRIMÔNIO MATERIAL, 2017).

Os bens culturais de natureza imaterial compreendem “àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)” (PATRIMÔNIO IMATERIAL, 2017)

Entendo assim por patrimônio material da Usina Tamoio tudo aquilo que foi construído (materializado) e utilizado pelos homens e mulheres que lá moraram, trabalharam e viveram, e imaterial os acontecimentos vividos naquele local (festas, bailes, eventos artísticos e religiosos, modo de vida, de trabalho, etc) que estão presentes na memória e que lhes faz lembrar e reviver o passado.

Assim, desta vez, me proponho a apresentar um breve cenário da inserção da Usina Tamoio na cidade de Araraquara e, na sequência, discutir a construção do Império Tamoio em sua estruturação material em conjunto com a imaterial, em especial as relações de trabalho instituídas por Pedro Morganti na empresa, e que foram fundamentais para a formulação de uma forma particular de perceber aquele espaço como um paraíso que abrigava a grande família, a irmandade constituída pelo povo tamoioense¹

Finalizando, ainda que de maneira breve, procuro refletir sobre alguns desdobramentos relacionados à história recente da Usina Tamoio e sobre seus significados, particularmente aqueles que hoje se expressam em atividades culturais como: encontros, festas, bailes e publicações mantidas pelos antigos trabalhadores e moradores em página de rede social – facebook –, como forma de manter viva a memória da usina, bem como as suas raízes com aquele lugar.

Inserindo a Usina Tamoio no Espaço Araraquarense: cana-de-açúcar x café

Em 1817, por ocasião da fundação de Araraquara, a produção econômica da cidade, baseada na pecuária (criação de bovinos, ovinos e caprinos), vê-se, paulatinamente, invadida pela introdução da cana-de-açúcar, trazida por alguns fazendeiros que aqui se estabelecem. Entretanto, esta cultura se apresenta na cidade com um movimento cíclico.

Pesquisa realizada por Martinez Corrêa (1967) ressalta que até 1882 a cultura da cana já está estabelecida em Araraquara e, na região, já se observa a presença de cerca de 30 fábricas de açúcar.

Todavia, como assinala De Lorenzo (1979, p. 30-31), problemas com carência de mão de obra e a concorrência com a cultura do café que começa a entrar na área, ainda como atividade não comercial, dificultam a expansão desta cultura, que deslança como cultura comercial somente a partir da segunda metade do século XIX (1860), quando entra em crise a antiga região produtora – o Vale do Paraíba.

Com a expansão da cultura do café, a região assiste a um processo de expansão e urbanização vinculado à economia cafeeira. Chegam as ferrovias e os imigrantes que vêm para trabalhar nas lavouras de café. A chegada da estrada de ferro à Araraquara em 1881, foi uma iniciativa de fazendeiros da região, que adquiriram ações da Companhia Rio Claro de Estradas de Ferro, organizada por Antônio Carlos de Arruda Botelho, fazendeiro em São Carlos. Em Araraquara, particularmente, os fazendeiros e principais interessados foram: Tenente Coronel Joaquim Lourenço Corrêa, Dr. Cândido Xavier de Almeida e Souza e José Aranha do Amaral (DE LORENZO, 1979, p. 37).

Em 1886, contudo, “um grupo de fazendeiros de Araraquara, interessados em suprir suas fazendas com estradas de ferro, obtém uma concessão da Companhia Paulista e organiza a Estrada de Ferro Araraquara [...]” (DE LORENZO, 1979, p. 38).

A extensão da estrada de ferro permite a ligação mais eficiente da região com as zonas exportadoras e a chegada de contingentes, ainda maiores, de imigrantes: homens e mulheres que vêm trabalhar nas lavouras do café. Isto resolve os problemas de mão de obra e cria as condições para a consolidação da economia cafeeira, permitindo que o café, após 1884, se transforme na principal atividade econômica da região. Chegava assim a “era do café” no município (DE LORENZO, 1979, p. 33).

¹Expressão empregada pelos ex-trabalhadores e ex-moradores para referir-se às pessoas que trabalhavam, moravam e viviam na Usina Tamoio.

Entre os anos de 1888 e 1893, a estrutura agrícola do município já se encontra modificada. Martinez Corrêa (1967, p. 127) destaca que, no período, das 64 fazendas existentes na cidade, 9 dedicam-se à cultura da cana e do café; 11 ocupam-se apenas com a cana-de-açúcar e as demais com café.

Com forte predomínio sobre as outras atividades agrícolas, entre 1890 e 1930, o café se transforma na base da economia da região e do município. Todavia a lavoura canavieira continua existindo timidamente ao lado dos grandes cafezais.

Em Araraquara, a economia cafeeira possibilitou o desenvolvimento de atividades industriais, bem como o processo de urbanização. Isto fez desenvolver outros serviços como a construção civil, serviços urbanos de água, energia elétrica, telefonia e atividade bancária. O café, sem dúvida, teve grande responsabilidade no crescimento urbano e industrial da cidade, permitindo que entre os anos de 1910 e 1930, a cidade já apresentasse feições tipicamente urbanas com ruas calçadas, praças ajardinadas, energia elétrica, moderno teatro, importante escola para ensino secundário (Araraquara *College*), grupo escolar estadual, dentre outros equipamentos. Desde o início do século XX, a cidade já dispunha de equipamentos sociais urbanos importantes como Escola de Farmácia e Odontologia, Hospital Santa Casa de Misericórdia Santa Isabel, Asilo de Mendicidade, prédios importantes e imponentes como o Palacete das Rosas, Câmara Municipal, Hotel Municipal. No setor médico assistencial contava, ainda, com as associações beneficentes formadas por imigrantes, como a Beneficência Portuguesa de Araraquara, como entidade de “Assistência e Caridade”, Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, Centro Espanhol de Beneficência, Associação Beneficente dos Homens de Cor “José do Patrocínio”, além de duas drogarias, oito médicos e sete dentistas (FRANÇA, 1915, p. 119-121).

A economia cafeeira, sem dúvida, impulsiona o crescimento da cidade e a transforma em centro comercial e industrial. Todavia, em um movimento contraditório, desde os primeiros anos do século XX essa economia já apresenta sinais de crise, exigindo do governo federal a adoção de políticas de redução da produção com a erradicação de velhos e novos cafezais (GNACARINI, 1972; STOLCKE, 1986).

Essa crise, ao abalar o produto que dá suporte à economia do município, coloca em risco a estabilidade econômica local que ameaça entrar em colapso. É exatamente nesse momento que a cana-de-açúcar, com presença tímida nesse cenário, se apresenta como alternativa para salvaguardar a economia ameaçada e exige do governo municipal medidas de incentivo. Assim, na segunda década do século XX, a Câmara Municipal de Araraquara, por meio de programas, procura criar subsídios para estimular os fazendeiros a promoverem a diversificação da produção agrícola. Nesse contexto, mesmo enfrentando a resistência dos cafeicultores que se negam a aderir aos programas municipais, ou seja realizar a propalada diversificação agrícola, a cana-de-açúcar passa a ocupar lugar de destaque, ao lado das culturas do trigo, do algodão e de frutas (laranja, banana e abacaxi).

De Lorenzo (1979, p. 58) assinala a retomada da cultura canavieira na região entre os anos de 1910 e 1930. Para a autora, isto ocorre a partir da reativação de seis dos antigos engenhos de açúcar existentes entre 1910 e 1920, os quais teriam desaparecido em consequência da *praga* do mosaico, que, praticamente, liquidou os canaviais paulistas nos anos de 1924 a 1926.

Em 1929, com a crise econômica mundial, a substituição do café pela cultura da cana-de-açúcar leva a Câmara Municipal de Araraquara a elaborar um projeto de lei isentando de quaisquer impostos municipais, durante 15 anos, a contar do início de funcionamento: a) os engenhos centrais que tivessem capacidade de moer no mínimo 250 toneladas de cana-de-açúcar em 24 horas; b) as destilarias que produzissem no mínimo, em 24 horas, 5.000 litros de álcool. Este projeto estipulava que “todos os canaviais pertencentes aos proprietários dos referidos engenhos e destilarias ficariam isentos de quaisquer impostos municipais, durante o mesmo prazo” (MARTINEZ CORRÊA, 1967, p. 292-293).

A edição dessa lei, sem dúvida, permite a expansão da indústria sucroalcooleira na cidade de Araraquara, particularmente no período que se estende entre os anos de 1930 e 1940. Pacheco (1988, p. 135), analisando a expansão do cultivo da cana-de-açúcar na região de São Carlos e Araraquara, assinala que a área cultivada com cana, que em 1920 era de 201,65 alqueires, passou para 1.680, em 1931, 2.284,00, em 1935, 2.033,00, em 1936 e 2.554,00, em 1938, o que demarca a afirmação progressiva desta cultura no município a partir da década de 1920 e antecipa a importância fundamental que passaria a ocupar na região a partir dos anos 1970.

A Fundação da Usina Tamoio

É nesse cenário de retorno da cana-de-açúcar na região e na cidade de Araraquara que a Usina Tamoio surge como a empresa que fará história, marcará o espaço, corpos, mentes e se constituirá como importante

Patrimônio Histórico e Cultural da cidade.

O surgimento da Usina Tamoio, ou seja, sua fundação, é atribuído ao caráter empreendedor e ao pioneirismo de Pedro Morganti, imigrante italiano, que chegou ao Brasil em 1890, para se transformar em um dos maiores industriais do setor sucroalcooleiro do país. Manoelito de Ornellas, seu biógrafo, descreve a trajetória deste empresário nos seguintes termos:

Dedicou-se em 1902, à refinação do açúcar, em pequenas quantidades e sob o primitivo processo manual.

Nas tachas escaldantes daquela indústria experimental, exalando o cheiro doce do açúcar, que palpitava borbulhando, como lavas de um vulcão a extravasar os limites da cratera, Morganti antevia os cilindros modernos, imaginava o traçado revolucionário de uma Usina, onde as máquinas reduzissem a exigência do braço humano.

Em 1904, Morganti estabelece uma filial de sua Refinaria, à Rua Ladeira Piques, hoje [1967] Querino de Andrade, confiando-a a seu irmão Paulo, há muito regressado da Itália. Recebe a coadjuvação de dois sócios: Narciso e Stefano Gosi.

A 4 de outubro de 1910, fundou a Companhia União dos Refinadores.

Em 1916, compreendeu que era destinado às alturas e que, como os condores dos Andes, devia voar só. Suas asas eram de águia. E os palmípedes domésticos, acostumados ao voo raso das superfícies, nas lagoas e remansos dos rios, tiveram que ficar no chão.

Compra as ações da 'Companhia Central Conde Wilson' proprietária do Engenho Porto Real, em Floriano, no município de Rezende, que vendeu em 1933 a um sobrinho. Vende o Engenho Porto Real para ficar dono do Engenho Fortaleza no Município de Araraquara. E organiza a Companhia União Agrícola (ORNELLAS, 1967, p. 124).

Em entrevista realizada com Hélio Morganti, filho de Pedro Morganti, em outubro de 1991, uma história um pouco diferente foi relatada. Segundo o Sr. Hélio, seu pai vendeu a Usina Monte Alegre em Piracicaba, que adquirira em 1911, e a Cia União dos Refinadores para comprar o Engenho Fortaleza em Araraquara; readquirindo-as em 1924, quando organiza a Cia Refinadora Paulista, posteriormente Refinadora Paulista S/A.¹ (CAIRES, 1993).

O Engenho Fortaleza, posteriormente batizado com o nome de Usina Tamoio, foi adquirido por Pedro Morganti, com recursos monetários conseguidos a partir de seu envolvimento com negócios nos setores açucareiro e cafeeiro, desde o início do século XX.

Todavia as atividades cafeeiras são praticamente abandonadas na segunda metade da década de 1920, quando os negócios açucareiros assumem prioridade nas atividades do grupo, tendo na Usina Tamoio a sua principal representante.

A Transformação do Engenho em Usina

O Engenho Fortaleza quando adquirido por Pedro Morganti em 1917 além do prédio industrial, apresentava a construção de algumas casas em torno da planta fabril. Na ocasião, a área da propriedade girava em torno de 2.000 alqueires que compreendiam o espaço ocupado pela sede industrial e as seções agrícolas: Chibarro, Salto e parte da Mantuana. A propriedade estava, então, ocupada com cana-de-açúcar e café.²

Frequentes investimentos em maquinário moderno com a incorporação de tecnologia nacional e estrangeira, conjugados com a absorção de grandes extensões territoriais (antigas fazendas cafeeiras) e uma ampla organização social, fizeram da Usina Tamoio a maior organização agroindustrial do grupo Morganti, assegurando-lhe índices elevados de produtividade e posição privilegiada no mercado de açúcar (CAIRES, 1993).

Destacada como a única usina açucareira de Araraquara, com uma produção média de 3.941,33 sacas de açúcar entre os anos de 1920 a 1930, Tamoio respondia sozinha por aproximadamente 12% da produção total do Estado de São Paulo (PACHECO, 1988, p. 20).

¹ A organização agroindustrial Refinadora Paulista S/A, com sede em São Paulo, era proprietária da Usina Tamoio em Araraquara (Açúcar e Alcool) Usina Monte Alegre em Piracicaba (Açúcar e Alcool), Fábrica de Papel e Celulose "Piracicaba", Fazenda Guataparã em Santa Lúcia (café e criação), Hortos Florestais: Itaquera em São Paulo e São Pedro em Franco da Rocha. Além dessas atividades principais, tinha ligações com: Laboratórios Novotherápica S/A, Cia Industrial Paulista de Alcool, Refinadora Tupy S/A, Imobiliária Novo Horizonte, localizados em São Paulo, Fiação e Tecelagem Santa Bárbara S/A, em Santa Bárbara e Itelpa S/A, em Piracicaba.

² Dados obtidos em entrevista realizada com Hélio Morganti, filho de Pedro Morganti - fundador da Usina Tamoio.

Foto 1- O Engenho Fortaleza em 1917, quando é adquirido por Pedro Morganti



Fonte: ORNELLAS (1967)

Destacada como a única usina açucareira de Araraquara, com uma produção média de 3.941,33 sacas de açúcar entre os anos de 1920 a 1930, Tamoio respondia sozinha por aproximadamente 12% da produção total do Estado de São Paulo (PACHECO, 1988, p. 20).

Contudo, a história dessa usina é marcada por momentos críticos. Entre os anos de 1924 e 1926, momento de sua plena expansão, foi também atingida pela *praga* do mosaico que praticamente exterminou as lavouras canavieiras do estado de São Paulo. Entre as décadas de 1930 e 1940, após superar essa crise, retoma seu potencial produtivo, introduzindo em suas lavouras novas variedades de cana (javanesas e indianas), mais resistentes à doença e com maior rendimento do que as anteriores. Assim, mesmo tendo que concorrer com outras usinas que começavam a surgir na região e ainda com a produção açucareira do nordeste do país, firma-se no mercado do açúcar e garante sua posição de grande produtora, antecipando a posição que chegaria a manter, anos depois, como a maior unidade açucareira do país". (PACHECO, 1988, p. 136)

Mas é possível que a expressiva expansão desta usina nesse período deva-se também a política dirigista implementada pelo governo federal a partir dos anos 1930, com a constituição da Comissão de Defesa do Açúcar em 1931, e a criação, em 1933, do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que favoreceram os usineiros de São Paulo em detrimento dos do nordeste brasileiro. (GNACCARINI, 1972)

De acordo com análise realizada por Gnaccarini (1972, p. 57 e 65), nesse tempo, as condições de mercado favoreciam significativamente as usinas de São Paulo, pois, tendo o mercado "a sua porta", os usineiros paulistas podiam escoar mais rapidamente sua produção.

No caso específico da Usina Tamoio, é provável que três fatores contribuíram para o seu processo de crescimento: 1) As experiências acumuladas por Pedro Morganti, sua posição de grande refinador/comerciante e industrial; 2) A instalação de uma indústria açucareira em uma região cafeeira em crise abriu espaço para que grandes extensões de terras fossem incorporadas ao seu patrimônio, a baixos custos; 3) Em nível da política local, a década de 1930 mostrou-se bastante favorável à instalação e expansão da agroindústria açucareira na cidade.

Em 1938, Pedro Morganti importa de Cuba duas moendas usadas, substituindo a antiga moenda FULTON, de 4 ternos, adquirida em 1922, conseguindo com isso elevar substancialmente seus níveis de produtividade. (CAIRES, 1993, p. 60).

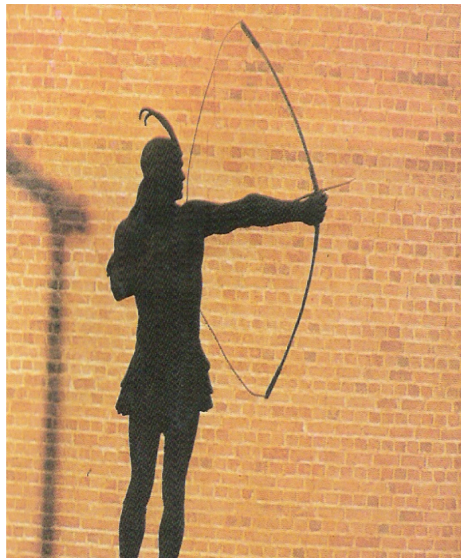
Em 1946, ao bater o *record* continental da produção de açúcar, esta usina se transforma na maior indústria sucroalcooleira do país e da América do Sul (ALMEIDA, 1948, p.124).

Pedro Morganti na História da Usina Tamoio e na Cidade de Araraquara

Mas, além dos aspectos materiais (construção de prédios e aquisição de máquinas), a história da Usina Tamoio não seria compreendida sem o destaque à importante presença de Pedro Morganti na empresa e à forma como este empresário conduzia o trabalho e as relações de trabalho em seu interior. Depoimentos de antigos trabalhadores e moradores, colhidos por ocasião de minha pesquisa para a elaboração da dissertação de mestrado, bem como outras fontes pesquisadas (biografia de Pedro Morganti e Revista Umuarama), revelaram aspectos importantes do caráter do líder. O *Velho Morganti*, como diziam os trabalhadores quando se referiam

ao patrão, era percebido como grande administrador, modelo de capacidade profissional. Cacique valente, mas ao mesmo tempo homem generoso que chegou para salvar a sua *tribu* dos perigos e da miséria. A estátua de um índio, instalada em lugar estratégico no pátio da usina, materializa esta ideia e atua como um símbolo de sua forte presença entre aqueles que moraram, trabalharam e viveram na usina.

Foto 2 – Estátua do Índio- símbolo da Usina Tamoio



Fonte: Revista ISTO É n. 1339 (1995, p. 62)

Tal como outros burgueses de sua época, Pedro Morganti cultivou amplamente o paternalismo e o clientelismo, apoiados em benesses e concessões aos trabalhadores e seus familiares, levando-os a vê-lo como o verdadeiro construtor do Império que a Usina Tamoio se transformou e que lhes garantia moradia, trabalho e uma vida farta e feliz. O trabalho e a vida na Usina Tamoio são sempre descritos como expressão de felicidade e o seu espaço como um paraíso.

Lá na usina a gente era tão alegre! Fiscal não precisava se preocupar que a gente trabalhava mesmo [...] E a gente vivia bem lá. A gente era feliz e não sabia, que nem diz o outro. Então a gente era super feliz, a gente criou os filhos... (ex-colona)

A imagem do empresário, reproduzida em monumentos, retratos, discursos etc., exercia e exerce até hoje sobre eles a força de um poder simbólico.

Foto 3 – Pedro Morganti.



Fonte: Ornellas (1967).

A descrição do trabalho realizado por este empresário inclui vistorias frequentes à usina e visitas às casas dos trabalhadores. Montado a cavalo, Pedro Morganti percorria o espaço do trabalho (canaviais e indústria) e o da moradia. Os cuidados com o *povo tamoioense*, com a *irmandade*, ou com a *grande família (uma família só)* que

se formava na Usina Tamoio envolviam a atenção e atendimento de suas necessidades mínimas. Como pai generoso, fazia-se acompanhar por D. Gianina, sua esposa, e por seus administradores. Sobretudo nos momentos de crise, doença, luto e época de natal o casal patronal se fazia presente. Essas práticas patronais eram valorizadas e legitimadas pelos trabalhadores.

Nossa! Ele [Pedro Morganti] era uma pessoa que tinha tanta dó dos pobres! Esses sim se preocupavam com os pobres! O casal de velhos tinha contato com o povo sim. Se preocupava com os pobres, com as crianças, dava presentes... (ex-colona)

Além das práticas paternalistas e clientelistas, para respaldar as necessidades sociais da população trabalhadora e de seus familiares, população essa que variava entre 7.000 a 10.000 pessoas, divididas entre agricultura e indústria (colonos de cana, assalariados agrícolas, operários de fabricação, de manutenção, empregados da administração, de escritórios, de transportes, inclusive ferroviário) na sede industrial e em 16 seções agrícolas, Pedro Morganti aparelhou a usina para o atendimento das demandas sociais básicas, com a construção de casas, além das já existentes nas propriedades adquiridas (antigas fazendas de café), assistência médica com a construção de ambulatório na sede industrial desde 1918 e convênios com hospitais de Araraquara, armazéns de fornecimento de gêneros alimentícios, loja de ferramentas, capelas, escolas, etc. Existiam ainda os alojamentos onde ficavam instalados os trabalhadores solteiros e os migrantes nordestinos - *Pavilhão e Ilha* - respectivamente.

Foto 4 – Vista aérea da Usina Tamoio. A direita vê-se a usina e casas da sede. No centro, a (Vila Central) ao alto, vê-se a igreja de São Pedro e a direita a seção Mariza.



Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio/188178521225449?fref=ts> – foto do arquivo de Eliseu Celso Santos.

Foto 5 – Vista aérea da Seção Bela Vista.



Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio/188178521225449?fref=>

Ao falecer, em 22 de agosto de 1941, Pedro Morganti deixou para seus filhos uma usina já construída (5.278 alqueires plantados com cana-de-açúcar além do prédio industrial e maquinários) e um modelo de relações de trabalho instituído. Coube eles dar continuidade ao legado do pai.

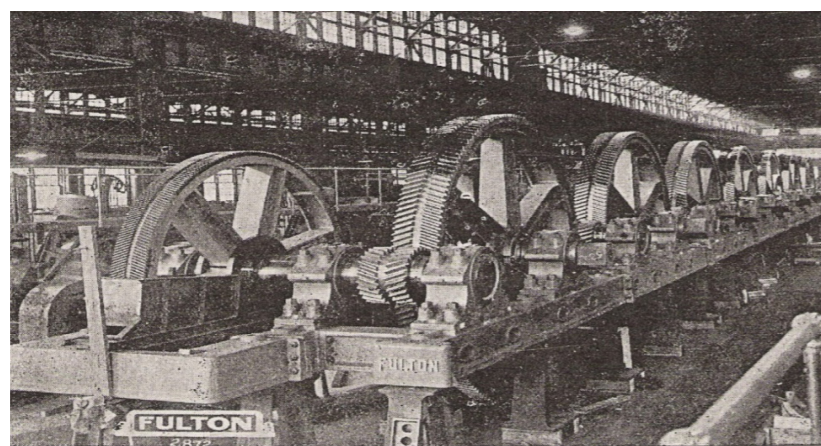
O Período de Auge

A nova administração, que tem à sua frente os filhos de Pedro Morganti, fica marcada principalmente pela presença do senhor Hélio Morganti, que ocupava o cargo de Diretor Administrativo. Esta nova administração cuida da ampliação da usina (setores industrial e agrícola) e da modernização produtiva e administrativa, tornando-as mais racionais e burocratizadas. A instituição de hierarquias rígidas e o rompimento de alguns aspectos no padrão de relacionamento mantido com os trabalhadores e que estava apoiado em relações paternalistas, clientelistas e na ideologia da grande família, marcam esse tempo.

Nos anos que se seguem à morte de Pedro Morganti, a Usina Tamoio assiste a novo período de expansão, provavelmente favorecida pela legislação canavieira promulgada na década de 1940 pelo IAA, em particular o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) em 1941, e pela explosão nos preços do açúcar verificada no período da Segunda Guerra Mundial (GNACCARINI, 1972, p. 89-90).

Nos anos 1940 e 1950, sob a administração dos filhos de Pedro Morganti, a usina atinge sua fase mais dinâmica. Ampliam-se nesse período não apenas a sua organização industrial, com a aquisição e a instalação de uma moderna moenda da marca FULTON, de 6 ternos, importada dos EUA em 1951, mas também a organização social, com a construção de uma suntuosa igreja mandada erigir pelos filhos em homenagem ao pai, inaugurada em 1943 e consagrada em 1945.

Foto 6 – Moenda Fulton de 6 ternos instalada na Usina Tamoio, em 1951.



Fonte: Revista Umuarama no. 44 de março de 1951.

Foto 7 – A Igreja de São Pedro - Defronte à igreja, vê-se o monumento, também mandado erigir pelos filhos em homenagem a Pedro Morganti.



A Igreja de São Pedro, de Tamoio, erigida pelos seus filhos em sua homenagem, vendo-se ao lado o monumento mandado construir pelos operários.

Fonte: ORNELLAS (1967).

Com a construção da igreja de São Pedro, considerada a mais rica da Diocese de São Carlos, e a nomeação de dois padres que fixam residência na usina, assessorados por uma equipe de vinte coroinhas e dois capelães,

as atividades religiosas, antes restritas à capela da sede industrial, são incrementadas e estendidas para as outras seções agrícolas, também equipadas com igrejas menores ou capelas. A instituição de irmandades religiosas: Santíssimo Sacramento, Congregação Mariano, Filhas de Maria, Sagrado Coração de Jesus, Irmandade de São Benedito, além das já tradicionais práticas religiosas, tais como: batismo, crisma, casamento, missas, primeira comunhão e das festas que ocorrem em torno da igreja (Procissão da Semana Santa, quermesses, dentre outras), transformam a igreja em espaço privilegiado de relações, no maior símbolo da usina e expressão máxima do poder daquele grupo usineiro.

Foto 8 – Primeira Comunhão



Foto 9 – Procissão Semana Santa



Fonte: <https://www.facebook.com/usinatamoio/photos/a.890861737623787.1073741860.188178521225449/904599772916650/?type=3&theater>.

Nesse período, o setor educacional também recebe ampla atenção dos usineiros. Das seis escolas isoladas, construídas ainda na gestão do fundador, duas são elevadas à categoria de Grupo Escolar: as das seções Bela Vista e Jacaré, completando um conjunto de três grupos escolares e nove escolas isoladas. Em 1941 é instituída a sopa escolar e um pouco mais tarde o ensino noturno, procurando-se com isso atender os trabalhadores que não podiam frequentar as aulas no período diurno e assim reduzindo o índice de analfabetismo na empresa. Cria-se ainda o jardim da infância *Seu Hélio* para atender as crianças menores e, no final dos anos 1950, institui-se o ginásio e o oferecimento de bolsas de estudos por meio de um sistema de premiação. Os alunos mais carentes são ainda supridos com recursos da Caixa Escolar.

Foto 10 – Grupo Escolar Usina Tamoio (sede) , **Foto 11**- Grupo Escolar Seção Bela Vista



Fonte: <https://www.facebook.com/usinatamoio/photos/a.448691258507506.100212.188178521225449/1076229342420358/?type=3&theater>

Além da construção da suntuosa igreja de São Pedro e da ampliação do sistema escolar, ainda nesse período, mais casas são construídas para servir de residência para os trabalhadores e suas famílias, aperfeiçoando-se também

os serviços de infraestrutura básica, com a extensão e melhorias das redes de água, energia elétrica e esgoto.¹

Os serviços de assistência médica e hospitalar, odontológica, farmacêutica, à maternidade e à infância são ainda ampliados com a construção de um centro de puericultura que oferece atendimento pediátrico e fornecimento de leite para as crianças até a idade de um ano.

Outros equipamentos, como açougue, farmácia, padaria, loja de ferragens, loja de tecidos e armarinhos, torrefação de café, fábrica de sabão, leiteria, sorveteria, instituto de beleza, gabinete dentário, agência postal, serviço telefônico e um serviço de ônibus² que ligava a cidade de Araraquara à Estação de Tamoio, em horários compatíveis com os trens da Cia Paulista de Estrada de Ferro, campo de pouso para aviões de pequeno porte, estádio esportivo na sede industrial e campos de futebol nas seções agrícolas, clubes recreativos (Cruzeiro e Rancho Alegre – dos brancos e dos pretos, respectivamente), cinema, teatro, compunham a estrutura física e material da usina e atribuíam a mesma características tipicamente urbanas.

Foto 12 -Fachada do Estádio Esportivo (sede)



Foto13 – Interior do Estádio



Fonte:<https://www.facebook.com/usinatamoio/photos/a.448691258507506.100212.188178521225449/796335490409746/?type=3&theater>

A bem estruturada organização industrial, com utilização de tecnologia avançada, conjugada à ampla organização social, caracterizaram o pioneirismo desta usina na indústria sucroalcooleira de São Paulo, assegurando-lhe, na década de 1950, a posição de usina modelo do país.

Nesse período aumenta o prestígio da usina em Araraquara e junto à comunidade industrial local. Sua presença na cidade é marcada pela significativa colaboração e investimentos de seus proprietários com atividades assistenciais e culturais, especialmente do Sr. Hélio Morganti, considerado um mecenas na cidade (CAIRES, 1993; WHITAKER, 2015).

A estrutura urbana que a usina sustentava incluía ainda uma hospedaria similar a um hotel citadino, que garantia hospedagem de boa qualidade para as pessoas que por lá passavam para visitas e/ou trabalhos temporários (fiscais, artistas de circo, de teatro, estagiários, engenheiros diversos etc.)

Com toda essa organização, a Usina Tamoio passou a constituir uma passagem necessária para todos os cidadãos ilustres que visitaram a cidade de Araraquara no período, dos quais destacamos Jânio Quadros - quando governador do estado de São Paulo, Juscelino Kubitschek - quando em campanha eleitoral para a presidência da República, além de Pelé.

Em 28 de maio de 1957, durante o almoço oferecido na casa sede da usina para uma equipe de jornalistas da cidade de Ribeirão Preto, Paulo A. C. Silva, redator chefe do jornal *O Imparcial*, o mais importante da cidade na época, em discurso proferido, destacou a importância da Usina Tamoio e da família Morganti para a cidade de Araraquara, comparando-a ao Itamaraty (Revista Umuarama n.80, p.9).

¹ O último bloco de casas construído na sede industrial, num total de 50 residências, cuja conclusão das obras se deu em 1951 (Monte Alegre II), seguindo características dos conjuntos habitacionais modernos, destoava do padrão arquitetônico das construções anteriores. As casas dessa colônia eram geminadas e cobertas com telhas de cimento amianto.

² A empresa Fernandes e Cia Ltda foi organizada em 1940 com apenas 5 veículos, fazendo serviços de transportes da Usina Tamoio (ALMEIDA, 1948)

Foto 14 - Visita de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros à Tamoio. A esquerda, de branco, Hélio Morganti.



Fonte:<https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio/188178521225449?fref=ts>

Foto 15 – Casa sede da Usina Tamoio



Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio/188178521225449?fref=ts>

[...] A mansão dos Morganti, seu coração e veias são a própria razão de ser do progresso de Araraquara. A Usina Tamoio tem sido o Itamaraty de nossa terra, partindo daqui os grandes movimentos de apoio ao aperfeiçoamento industrial, agrícola, comercial e cultural da região. São também os Morganti responsáveis pelo progresso que atravessa a cidade de Araraquara em diversos sectores de suas atividades.

Os vínculos da Usina Tamoio e da família Morganti com a cidade de Araraquara ficaram, ainda, registrados na homenagem que lhes prestou a Câmara Municipal local em 1954, dando à uma via pública da área central da cidade o nome do fundador da usina e patriarca da família: “Comendador Pedro Morganti”, além de um Posto de Saúde na Vila Xavier que também recebeu seu nome.

Por parte dos trabalhadores, as décadas de 1940 e 1950 foram vividas com grande euforia. Festas fartas, grandes bailes e carnavais movimentados que marcaram os *bons tempos dos Morganti*.

O setor industrial assistiu ainda à construção da Ponte sobre o Rio Jacaré para expansão da Estrada de Ferro até Guarapiranga, finalizada em 1958, expandindo assim a rede de estradas de ferro que servia as lavouras de cana da usina.

Essa organização, aparentemente sólida, contribuiu para reforçar, pelos trabalhadores e moradores, a percepção da Usina Tamoio como um lugar ideal, um mundo bom, de fartura e generosidades. *Você tinha tudo!, Lá tinha tudo!, “O Morganti dava tudo!”*.

O setor industrial assistiu ainda à construção da Ponte sobre o Rio Jacaré para expansão da Estrada de Ferro até Guarapiranga, finalizada em 1958, expandindo assim a rede de estradas de ferro que servia as lavouras de cana da usina.

Essa organização, aparentemente sólida, contribuiu para reforçar, pelos trabalhadores e moradores, a percepção da Usina Tamoio como um lugar ideal, um mundo bom, de fartura e generosidades. *Você tinha tudo!*, *“Lá tinha tudo!”* *“O Morganti dava tudo!”*.

Todo este aparato produzia muita satisfação e prazer para os trabalhadores que relembram os tempos de Tamoio como um tempo bom, quando se tinha *amor de trabalhar*.

Lá a gente tinha amor de trabalhar. Hoje em dia, ninguém mais trabalha com amor. Só trabalha porque precisa do salário e a gente era o contrário. A gente não ligava pra dinheiro. A gente trabalhava porque gostava de trabalhar. Não estava preocupado em ganhar tanto. A gente tinha o que comer. Não tinha o luxo que tem hoje [...] A gente estava sempre cantando [...] A gente tinha remédio, tinha médico, hospital, tinha tudo! (ex-colona)

Foto 16 – Cena de um churrasco oferecido aos trabalhadores em uma festa de 1º. de maio



Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio/188178521225449?fref=ts> – arquivo de Mara Aquino Lourenço.

Foto 17 - Time de Futebol da Usina Tamoio



Fonte: <https://www.facebook.com/usinatamoio/photos/a.316209571755676.73713.188178521225449/316209845088982/?type=3&theate>

A crise e as mudanças

A partir dos anos 1950, como já mencionado, a usina assiste a um processo de mudanças que interfere não apenas nas formas de produzir e administrar, mas principalmente no padrão de relações de trabalho mantido com os trabalhadores e moradores. Nesse momento, gradativamente, as concessões antes oferecidas começam a ser negadas. A empresa deixa de empregar os filhos das famílias trabalhadoras; há cortes na energia elétrica, na água e em outras benesses; passe-se a cobrar uma taxa de aluguel das moradias; o fornecimento do armazém, um dos mais importantes sustentáculos desse padrão de relacionamento, torna-se mais restrito.

Descontentes, muitos trabalhadores e suas famílias deixam o lugar e vão para as cidades vizinhas (Araraquara, Ibaté, São Carlos, principalmente). No final dessa mesma década, inicia-se uma crise que se acentua

nos anos 1960 e que, em 1969, culmina com a transferência da usina, por meio de venda, para o Grupo Silva Gordo, forte detentor de capital financeiro.

Com a venda da usina, na década de 1970, as mudanças nas formas de produzir e nas relações de trabalho que já vinham ocorrendo tornam-se mais intensas. Paralelamente, o novo grupo proprietário começa a atrasar os pagamentos de salários dos trabalhadores e de encargos patronais como o FGTS, cujos primeiros atrasos são registrados em 1977.

No início dos anos 1980, a crise se aprofunda. Os trabalhadores, sem salários e sem condições de sobrevivência, decidem pela greve, que se mantém por 120 dias em períodos intercalados. (FERRANTE, 1984). Organizados em passeatas vão para as ruas de Araraquara reivindicar uma solução para o problema.

A situação mobiliza a cidade, a imprensa local, regional e mesmo nacional. Envolve políticos e órgãos públicos. Discute-se nesse momento a desapropriação das terras da usina para fins de pagamento dos trabalhadores. A Justiça do Trabalho, que desde o final do período Morganti já vinha sendo inundada com processos volumosos que reivindicavam direitos, vê-se ainda mais acionada. Muitos processos constituem-se em pedidos de rescisão indireta por não cumprimento do contrato de trabalho.

Apesar das reivindicações e lutas, nada é resolvido, e em 29 de outubro de 1982, por decisão do grupo gestor, as atividades da usina são totalmente paralisadas, deixando para trás um enorme patrimônio material (terras, prédios e máquinas), muitas dívidas trabalhistas e as poucas famílias que resistem em sair do lugar. Tudo é deixado ao tempo, se deteriorando, sendo corroído. Uma das fazendas da usina, penhorada em dívida com o governo do estado (antiga Caixa Econômica Estadual), é desapropriada para fins de reforma agrária - A Fazenda Bela Vista do Chibarro, onde hoje existe um assentamento rural.

A história da Usina Tamoio muda radicalmente. De paraíso transforma-se em cidade fantasma perdida entre canaviais abandonados.

Inconformismo e saudades: rememorando os bons tempos, construindo uma nova história.

Essa realidade é recebida e assistida com muita perplexidade pelos poucos trabalhadores e moradores que se mantêm na empresa, por aqueles que já estão desligados e pela população de Araraquara e adjacências, que veem o império desmoronar. De repente, o que era sólido desmanchou-se no ar. Difícil era acreditar nesta nova realidade.

O processo de desmonte e paralisação da Usina Tamoio foi e continua sendo representado como uma perda irreparável, uma *judiação*. “É uma judiação o que aconteceu com aquela usina, ver tudo aquilo parado, sendo corroído pelo tempo, eu não acredito.” Esta foi a frase que muitas vezes ouvi nas entrevistas que realizei com ex-trabalhadores e ex-moradores da Usina Tamoio durante a pesquisa para o mestrado.

Mas da dor da perda e da saudade nasceu o desejo do retorno, a vontade de não deixar morrer. Reativou o sentimento da grande família, da *irmandade* antes existente no local e a identificação daqueles que lá trabalharam, moraram e viveram como o *povo tamoioense*. E assim a irmandade, dispersa em cantos e recantos de Araraquara e de outras cidades vizinhas ou distantes, começa a construir uma outra e nova história. Uma história diferente, porém de permanência e de continuidade, na qual o vivido e o sentido podem ser lembrados, lembrados e revividos.

Neste sentido pode-se afirmar que a necessidade de lembrar e reviver os momentos vividos na Usina Tamoio, a forma de perceber aquele espaço e o desejo de manutenção têm a ver com um processo de enraizamento. A ruptura com aquele mundo de trabalho e principalmente de vida não redundou em quebra das raízes que os ligavam e ainda os liga à terra, às casas, à paisagem, aos vizinhos, às festas, à religiosidade, à escola, à forma de trabalhar, de viver e sobretudo de pertencer ao lugar e à comunidade.

Neste sentido, o enraizamento, como ensina Weil (1979, p.317),

[...] é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.

São as raízes fincadas em terras tamoioenses que levam antigos trabalhadores e moradores a retornarem àquele espaço fisicamente ou ainda que em pensamento sempre que possível, seja por meio da promoção de festas, de encontros, de bailes, de publicações em rede social como o *facebook*, de publicação de livros, edi-

ção de vídeos, seja mesmo em momentos tristes como velórios, quando irmandade perde um membro que se despede para habitar outra morada.

Figura 1 - Convite para o Encontro dos Amigos de Tamoio- 2017



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1590561767919423&set=gm.340159466364732&type=3>

São nesses momentos, que apesar de vividos em outros espaços, que as lembranças são reativadas e permitem o reviver de um tempo que ficou na memória como bom e aprazível. São nas festas, encontros, bailes, hoje promovidos em clubes da cidade de Araraquara, que os *irmãos tamoioenses* voltam a se encontrar para fazer e refazer a grande família, ou para usar uma expressão dos trabalhadores e moradores, a *família só*. Para rememorar, com as ferramentas que dispõem no presente, um tempo que não volta mais, mas que marcou, indelevelmente, a vida de muitas pessoas que saíram de lá praticamente forçadas, sem que fosse a expressão do seu querer.

Hoje, se nem todos podem estar presentes, a rede social *facebook* se tornou um canal para o encontro dos que estão perto e também dos mais distantes, que mesmo à distância não deixam de participar, compartilhando e rememorando com publicações de imagens (fotografias) de pessoas, de monumentos, de paisagens, de festas, de eventos importantes da vida como casamentos, batizados, primeira comunhão, eventos esportivos (principalmente o futebol), formaturas, etc. Tudo isto constitui “pontos de referência que estruturam nossa memória e que se inserem na memória da coletividade a que pertencemos.” Neste sentido, Maurice Halbwachs (1968 apud POLLAK, 1989, p. 3) entende como pontos de referência:

[...] 1 os monumentos[...], 2 o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias.

E Pollak (1989, p. 3), ampliando este ensinamento de Halbwachs, continua:

Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.

Os movimentos promovidos pelos ex-trabalhadores e ex-moradores da Usina Tamoio, expressam, sem dúvida, esse sentimento de pertencimento e representam o desejo de querer ver e se ver como parte de uma coletividade, de uma comunidade afetiva que resiste em se desfazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim gostaria de ressaltar que acredito ser possível afirmar que as festas, bailes, encontros, exposições de fotos, publicações, a manutenção de uma página no *facebook* também como forma de encontro e rememoração, os projetos para a preservação do patrimônio da Usina Tamoio, as pesquisas que vêm sendo realizadas e que privilegiam questões importantes e que fazem parte da história da usina como o seu sistema educacional e o assentamento rural hoje existente em terras que antes lhe pertenciam, até mesmo a presença em velórios daqueles que se vão representam a forma mais acabada, mais completa da memória coletiva, que com as ferra-

mentas do presente procura reescrever uma nova história. Não uma história de rupturas, mas de continuidade. Uma história que mesmo os momentos de sofrimento, de trabalho árduo de sol a sol dão lugar à saudade, ao desejo do retorno, do reviver, do manter vivo.

A Usina Tamoio com seus prédios, monumentos e histórias vividas, contadas e recontadas, constitui, inegavelmente, patrimônio histórico, cultural material e imaterial de Araraquara. E neste momento em que a cidade completa 200 anos isto tem que ser lembrado e celebrado com todo o carinho que especialmente os verdadeiros construtores do império merecem – os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nelson Martins de. (Org). *Álbum de Araraquara* . Araraquara: Editor Nelson Martins de Almeida, 1948.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_82188_CONSTITUICAO_DA_REPUBLICA_FEDERATIVA_DO_BRASIL_DE_1988.aspx> Acesso em: 26 mai.2017

CAIRES, Angela Cristina Ribeiro Caires. **Nem Tudo Era Doce no Império do Açúcar**: Usina Tamoio – vida, trabalho e lutas (1917-1969) 402 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Araraquara, 1993

DE LORENZO, Helena Carvalho. **Origem e Crescimento da Indústria na Região de Araraquara-São Carlos (1900/1970)**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 1979, (mimeo).

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante. Tamoio: Olha tem nó na cana **Revista Perspecivas**, São Paulo, n. 7 p. 31-40, 1984.

FRANCA, Antônio M. . **Album de Araraquara**. Câmara Municipal de Araraquara e João Silveira, 1915.

GNACCARINI, José César A. **Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira no Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado). São Paulo, USP, 1972. (mimeo)

MARTINEZ CORRÊA, Ana Maria. **História Social de Araraquara - 1817/1930**, Dissertação (Mestrado), USP, 1967 (mimeo).

ORNELAS, Manoelito de. **Um Bandeirante da Toscana**” (Pedro Morganti na Lavoura e na Indústria Açucareira de São Paulo). São Paulo: Edart, 1967.

PACHECO, Carlos Américo. **Café e Cidades em São Paulo**: um estudo de caso de urbanização na região de Araraquara e São Carlos-1880/1930. Dissertação (Mestrado). São Paulo: UNICAMP, 1988 - (mimeo).

PATRIMÔNIO IMATERIAL: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 26 mai. 2017.

PATRIMÔNIO MATERIAL. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em: 24 mai.2017

STOLCKE, Verena. **Cafecultura**: Homens, Mulheres e Capital (1850/1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

UMUARAMA. Revista de Divulgação Interna da Usina Tamoio. 1947-1962

WEIL, Simone. **A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreata. Aspectos Artísticos da História Cultural De Araraquara. **Revista Uniara**. Volume 18, n. 1, julho de 2015

w